



Juventude e participação política: Levantamento da produção intelectual na América Latina

Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (UFPEL)¹
Ms. André Selayaran Nicoletti (UFSC)²

Resumo

Não há dúvidas de que a juventude enquanto objeto de investigação social, conquistou, gradativamente, espaço nas análises em Ciências Sociais constituindo-se em um nicho acadêmico importante no pensar a sociedade e as dinâmicas estabelecidas entre indivíduos e instituições. Enquanto ator social a juventude vem desempenhando papel importante e inovador na vida política dos países da América Latina e, principalmente, contribuído para construir a democracia na região. Mas, apesar da diversificação das experiências, trajetórias, identidades, classificações e formas de participação analisadas pelos pesquisadores pouco conseguem dialogar com a literatura vizinha. Por isso, a necessidade de mapear a produção intelectual na área da participação política juvenil realizando um levantamento do estado da arte em escala latino-americana; possibilitando desvendar as diferentes perspectivas teóricas produzidas e colaborando com o intercâmbio de conhecimento entre os países da região. O resultado esperado é a produção de novas classificações sobre a ação e participação política juvenil que sirvam de base para o surgimento de novas hipóteses de trabalho na região.

Palavras-Chaves: participação política juvenil; estado da arte

Introdução: Juventude – o que é?

Ao buscar a origem do conceito de teenage, ou adolescente, Jon Savage produz “uma obra da história popular e não um trabalho acadêmico” (2009, p. 16), mas que mesmo assim, contribui para compreensão da construção social da juventude ocidental. O autor destaca que o conceito de teenage tem sua origem identificada ao período do pós-guerra, mas que existe uma pré-história a ser resgata que possibilitou a criação desse conceito. Ele destaca o Século XVIII como portador de movimentos quegerariam a percepção sobre algo diferente e além da infância e fase adulta, um período de características próprias. Destaca o filósofo francês Jean Jacques Rousseau, em obras como *Emílio*, ou da Educação e Confissões, (1762), como um dos primeiros a denunciar a percepção social pouco compreendida dessa especificidade e seus impactos; onde o período era tão definitivo na vida de um ser humano que representa um novo nascimento e por isso precisaria deeducação.

Destaca-se na obra de Savage (2009) dois apontamentos: o primeiro, onde chama atenção para uma construção dialética da identidade juvenil, que aparece como único período consciente do ser que está desobrigado da manutenção e reprodução da vida social e por isso está livre para pensar, para experimentar e, conseqüentemente criar, associando essa como a melhor e mais promissora fase da vida, e seu oposto, onde a fase é associada a descontrole, às transformações físicas e psíquicas que provocam impacto de tal monta que precisa ser controlada, disciplinada e vigiada; a demonização da juventude como rebelde, desordeira e violenta; o segundo, chama atenção para um movimento do ator jovem que começa a colocar-se como ser autônomo capaz de pensar e decidir, ser além de um espelho, mas ao mesmo tempo dependente das gerações anteriores. A literatura deixa clara que o processo de construção dessa identidade ou conceito no mundo ocidental foi lento, é mutável, mas definitivo. Não há como ignorar a fase de transição como algo específico, que gera um novo ator social. Os tratamentos dados por cada sociedade para essa fase da vida e para o ator resultante pode não ser uniforme, mas não

há como ignora-la ou acusar a inexistência do ator social resultante desse período da vidahumana.

Ambas as características identificadas por Savage (2009) podem ser encontradas, com maior ou menor adesão, na literatura que trata de juventude atualmente. A imagem pendular da juventude como gênio ou monstro, como herói ou aberração, como protagonista ou vítima permanece, seja como herança corretamente identifica pelo autor, ou como parte constitutiva da construção social dessa imagem social. Assim, como a construção de uma identidade autônoma que se desprega da extensão das crianças ou projetos de adultos para se configurar em agente. Existe um conflito nessa concepção que perpassa as relações sociais e de poder que pode ser classificado como geracional, uma vez, que a juventude é associada ao futuro. Contudo, o movimento inacabado de construção social da juventude reivindica cada vez mais no Século XXI, principalmente na América Latina, dado o contingente populacional que representa, o lugar de presente.

Deve-se considerar que a juventude desde o Século XX é um ator político que vem se confrontando com as profundas transformações ocorridas nas relações sociais, econômicas e políticas. As mudanças transcorridas nos principais meios de socialização do Século XX, como a família, os mercados e o Estado, são alguns dos aspectos que contribuíram para a necessidade de adaptação constante. Dessa forma, (...) “A juventude’ como tal (não os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, 2000. p.12).

Nesse sentido, a juventude contemporânea latina americana é um produto histórico da sociedade burguesa e do processo de democratização dessas sociedades, e o debate sobre a juventude conforma um campo de conflito simbólico e político no qual as distintas perspectivas lutam por se posicionar como referentes válidos na construção de discursos legítimos. (BONDER, 1999). Dessa forma, é possível pensar a juventude como um período de uma trajetória de vida e de incorporação de um modo de ser político, econômico e cultural (CASTRO, 2002).

É possível constatar a multiplicidade de definições

¹ Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFpel), atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição.

² Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Direito pela Faculdade Atlântico Sul de Pelotas. Advogado e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC.

de juventude na literatura especializada, e de faixa etária com variações nos recortes iniciais e finais. Observam-se abordagens que incluem desde a adolescência, por volta dos 15 anos, até jovens adultos, estendendo-se aos 29 anos. Acrescenta-se a velocidade dos processos de mudanças sociais para dificultar a obtenção de um denominador comum sobre os critérios de definição conceitual da categoria jovem. Dessa forma, como afirma Groppo: “As definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural” (2000, p. 9).

Em uma abordagem sobre o assunto, León (2003) faz a diferenciação conceitual entre adolescência e juventude. Segundo o autor, esses conceitos correspondem a “uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais tem adquirido denotações e delimitações diferentes”. Dessa forma, a adolescência tem se caracterizado enquanto período de transição para a fase adulta, sendo objeto preferencial da Psicologia, enquanto a juventude seria uma categoria social que tem despertado mais o interesse das Ciências Sociais e Humanas. Nesse caso, parte-se do indivíduo para apreender as relações sociais que ele estabelece.

Contudo, a compreensão da juventude enquanto categoria social vem sendo questionada, por ser atribuída a essa concepção uma homogeneização dos sujeitos jovens que são e vivem realidades díspares. Um simples olhar sobre os jovens demonstra a busca crescente pela diferenciação, seja no consumo, através da montagem de um estilo próprio, seja nas atitudes, ou inscrito no próprio corpo. Pode-se alegar que é um processo natural, na fase conhecida como adolescência, em que se busca a constituição de uma identidade autônoma.

A cultura tem aparecido como um fator de diferenciação e/ou inclusão social que se realiza no mercado, que se diversifica em nichos e oferece status de consumidor à criança e ao jovem, através de produtos dirigidos e “personalizados”, como as linhas especialmente desenvolvidas para teens, esportistas, negros e outros. Movimentos como o hip hop, o dance, ou tecno rapidamente tem se transformado em mais um produto da indústria cultural a ser consumido por “playboys ou patricinhas, manos ou minas”, indistintamente. A moda se tornou o caminho adotado para a expressão da identidade, marca de pertencimento a um gueto, ou tribo, e por isso não se fala mais em identidades coletivas como a nacionalidade, de estudantes, ou socialistas, mas da convivência de fragmentos de diversas identidades: bad boy, grafiteiro, skatista, surfista, negro, pobre, ambientalista, mulher... A

diversidade se unifica e é reconhecida em uma identidade de cidadão somente quando se realiza através do consumo, diferenciado em um mercado setorial utilizado por esse indivíduo pra compor sua “marca”, ou melhor, identidade, que demanda novos direitos, como o de cotas nas Universidades, ou direitos de consumidor.

Tudo está inscrito nos jovens, nos cabelos, peles, modos de falar e movimentar, nas roupas e gostos, o espaço social está determinado para eles como uma possibilidade natural. “Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais”. (BOURDIEU, 1996, p. 160). Fazem-se necessários, então, outros espaços de atuação para o jovem, que não os tradicionais, como a escola, os partidos, as associações, os sindicatos, ou movimentos estudantis. Estes não são capazes de atender suas demandas e não se apresentam como um espaço social disponível para a atuação cidadã desses jovens.

Dessa forma, há os que defendem a impossibilidade de usar o termo “Juventude” no singular (QUAPPER, 2000; CARDOSO, 2004; LEÓN, 2003), afirmando ser mais realista falar em “Juventudes”, tal a heterogeneidade e multiplicidade de classificações dessa população. Contudo, apesar do reconhecimento de que se deve desconstruir a Juventude como categoria homogênea e universal, o que levaria a falar em Juventudes, no plural; questiona-se a compreensão de Touraine (1996) da juventude como “uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que uma sociedade tem de si mesma” em contraposição à da juventude enquanto uma categoria social. Assume-se, neste trabalho, a juventude como categoria social no sentido em que a utiliza Groppo, inspirado no conceito de grupo social concreto de Mannheim (1982), como uma categoria social que se torna ao mesmo tempo “uma representação sócio-cultural e uma situação social”. (2000. p.7).

A percepção acima exposta aponta para uma concepção que ao mesmo tempo reconhece as especificidades de construções socioculturais e identitárias, reconhece também elementos que transcendem essas particularidades sem anulá-las, o que permite definir a juventude, nos termos de Abad, como uma categoria social, “interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis” (ABAD, 2003, p. 23).

Dessa forma, “(...) ‘A juventude’ como tal (não

os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, p.12), cujas representações sociais extrapolam as questões psicológicas de adaptação, comportamento, ou moratória, predominantes até pouco tempo atrás. Em seu lugar, ganham destaque noções que enfatizam a importância da juventude como cidadã, portadora de deveres e direitos, e protagonista. Essa nova compreensão da juventude tem incidido, sobretudo, nos debates sobre a formulação de políticas públicas e enfatizado a importância dos jovens como sujeitos sociais (BALARDINI,1999; CASTRO, M. G,2002).

Nesse sentido, as novas percepções sobre juventude têm chamado atenção para a questão da participação social do/a jovem no combate ao processo de exclusão social. A participação social dos/as jovens tem possibilitado a valorização deles (as) enquanto sujeitos sociais capazes de participar como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promover ações para sua integração na sociedade. Essa realidade vem quebrando a visão dos/as jovens como incapazes sociais, política e culturalmente, dando origem a ações promotoras da participação plena da juventude na vida social. É o ideário da participação da sociedade enquanto ator para implementação e gestão de políticas públicas e também como agente fiscalizador do Estado, que tem sido defendido no combate à corrupção e à cultura política autoritária, principalmente por partidários das concepções alternativas dedemocracia.

As contribuições dos latinoamericanos Margulis e Urresti para o campo da sociologia da juventude – “amoratória”

O dicionário Aurélio (2002) apresenta como uma das definições de moratória o “ato de adiar os vencimentos das dívidas, suspendendo os pagamentos e ações na justiça”, e é com analogia a essa situação que surge, no cerne da produção acadêmica sobre juventude, o termo “moratória”, cujo objetivo é destacar o período em que aos jovens é permitida a suspensão de certas obrigações e responsabilidades – como trabalhar e constituir família – justificada como um elemento construído socialmente que permite aos jovens (ou

a alguns jovens) fazer suas escolhas e experimentar o mundo (SANTOS, 2010; PEREIRA,2007).

Foi o psiquiatra alemão, Erik Erikson (1968), que desenvolveu o conceito de moratória psicossocial, definindo como um compasso de espera nos compromissos adultos – amparado pelas instituições sociais. Em 1983, Bourdieu argumentou que essa fase de moratória não contemplava toda juventude, mas apenas a da classe burguesa, que possuía condições econômicas e materiais para postergar determinados papéis sociais para outro estágio da vida.

Visando incorporar na análise todas as camadas sociais, os autores latinoamericanos Margulis e Urresti (1996), desenvolveram duas categorias de moratória: a social – que está voltada, principalmente para as camadas mais abastadas economicamente – e a vital – presente em todos os estratos sociais. Em linhas gerais a moratória social está relacionada a uma permissão da família para que o jovem postergue suas responsabilidades com a sociedade. É com base nessa permissão que o jovem adia a sua entrada no mundo do trabalho, por exemplo, dedicando-se aos estudos, ao lazer e a sua aprendizagem para a vida. Nesse período o jovem é pouco cobrado pela família e esse interstício é justificado como a fase do amadurecimento (SANTOS, 2010; PEREIRA, 2007). Os autores chamam a atenção de que quanto mais alta for a camada social em que o jovem está inserido maior será o seu período de moratória (MARGULIS E URRESTI, 1996) o que é justificado pelo fato de que nas camadas populares os jovens precisam trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família e/ou sustentar sua própria família, tendo pouco tempo para se dedicar exclusivamente ao seu amadurecimento, investindo menos tempo nos estudos. Já a moratória vital é comum a todas as classes, marcada pela fase de vigor juvenil e afastamento da morte, seria uma moratória característica da condição juvenil e fortemente relacionada com aspectos de ordem biológica, afastando elementos de diferenciação sociais. De acordo com Alexandre Barbosa Pereira (2007)

Há que salientar ainda o que talvez seja o caráter mais importante da definição da juventude na contemporaneidade: sua supervalorização. Ser jovem, hoje, é um dos maiores desejos. E ser jovem implica modificar o corpo numa tentativa de retardar o envelhecimento, mas também tentar desfrutar um estilo juvenil, marcado pelo consumo de determinados bens materiais e simbólicos. Ocorre, assim, a extensão do que seria a faixa etária entendida como jovem, tanto para cima quanto para baixo: as crianças se tornariam jovens ou adolescentes cada vez mais cedo e os jovens adultos envelheceriam cada vez

mais tarde. Já é fenômeno bastante estudado no contexto europeu o adiamento da saída da casa dos pais, porexemplo.

O fato é que “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma a todos os jovens”, Sousa e Durand (2002, p.171). Por isso, a importância teórica em distinguir “moratória social” e “moratória vital”, um importante achado para refletir sobre as nuances dos mecanismos juvenis de sobrestar papéis sociais.

Variações e perspectivas na definição do “coorte etário” nos estudos de juventude

Com base no que destacamos na parte introdutória deste artigo a juventude constitui um grupamento social heterogêneo, cujos valores, práticas e rituais são moldados pela sua vivência em sociedade. Esse é um conceito de juventude, levando em consideração a produção intelectual da área aqui já esboçada. No entanto, esta seção buscará demonstrar como os organismos internacionais, nacionais e a legislação vigente no país definem o recorte etário de juventude, lembrando que esse recorte se constitui em arbitrários sociais (para usar as palavras de Bourdieu, 1983). Tal delimitação é pouco consensual nos estudos de juventude, por isso, tentaremos abordar, pelo menos, os principais recortes trazidos pela literatura. Schimidt (2001, p. 186) elucidou que na pesquisa realizada em sua tese “foram encontrados como limites extremos de juventude as idades de 12 anos e 35anos”.

Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU), em virtude do que foi conhecido como o ano internacional da juventude, definiu como recorte para as análises estatísticas, a faixa que vai dos 15 aos 24 anos de idade – faixa essa que se manteve com o Programa Mundial de Ação para a Juventude, de 2000. Nessa mesma direção caminhava boa parte dos estudos sobre juventude no Brasil e no mundo, inclusive o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão governamental, chegou a filiar-se a esse recorte, posteriormente acabou reformulando suas diretrizes com base na Política Nacional de Juventude que entende como melhor recorte aquele que se estende dos 15 aos 29 anos, ampliando significativamente esse escopo. Aliás, essa definição de juventude, compreendida entre os 15-29 anos, é utilizada pelo governo brasileiro na elaboração e implementação de políticas públicas. Sobre o recorte, Regina Novaes (2013, p.178) destaca:

Na época da pesquisa do Projeto Juventude [2003], a faixa 15 a 24 anos era o padrão das pesquisas nacionais e internacionais. Posteriormente, a faixa 15 a 29 anos – utilizada pela Unesco – segue a legislação brasileira, que criou em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude e o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), o que já permitiu visualizar diferentes níveis de escolaridade.

Essa tendência de ampliação do escopo já vinha ganhando relevo nos estudos sobre juventude na Europa, caracterizados, principalmente, pelo crescimento do período de moratória social entre os jovens e aumento da expectativa de vida da população em escala transnacional (SCHMIDT, 2001). O texto da Política Nacional de Juventude (2006) esclarece:

A classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências.

No Brasil, em agosto de 2013, passou a vigorar a Lei n. 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude e dispôs sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, uma conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil. Nesse sentido, o §1º do artigo 1º da lei, assim preceitua: “para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Dentro desse espectro há uma diferença etária significativa – são quatorze anos entre 15-29 anos – um período considerável de distanciamento, já que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o processo de concepção dos jovens, conforme a faixa-etária em que estão inseridos. Atentos a essa preocupação alguns autores dividem o grupo de jovens em: “jovens adolescentes” e “jovens adultos” (POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006; GAUTHIER, 2005).

Na próxima seção nossa preocupação está em compreender como se constitui o campo de estudos sobre juventude na América Latina.

O campo de estudos sobre juventude

Atualmente, é possível perceber uma preocupação em sistematizar o

conhecimento sobre juventude na América Latina, com a intenção clara de melhorar os aparatos conceituais e metodológicos para formar um campo próprio de investigação. Por exemplo, Pérez Islã (2006) faz o levantamento do estado da arte dos estudos sobre juventude no continente latino-americano e separa inicialmente a produção entre regional e local. Em seu artigo, ele seleciona como emblemáticos cinco trabalhos significativos no âmbito regional, pesquisas locais realizadas no México, Chile e Colômbia, além de considerar surveys sobre juventude até o início dos anos 2000. Germán, Muñoz González (2008) procura traçar o Panorama de la Investigación en Juventud en Ibero-América, século XXI, ao mesmo tempo que chama atenção para a revista europeia *Young: Nordic Journal of Youth Research*, dedicada a resgatar o estado da arte sobre juventude na América Latina.

Na Argentina, a tentativa de traçar um estado da arte (BONVILLANI; PALERMO; VAZQUEZ; VOMMARIO, 2008) utiliza como recorte as abordagens sobre a relação da juventude com as práticas políticas, e se debruça sobre o período de 1968 a 2001. No Brasil, a pesquisa coordenada por SPOSITO (2009) procura dar continuidade ao levantamento *Juventude e Escolarização* (2002), e volta-se para programas de pós-graduação em educação, ciências sociais e serviço social para averiguar a produção sobre o tema de 1999 a 2006, onde conclui que as pesquisas sobre juventude no Brasil são ainda bastante tímidas.

Na América Latina, principalmente nas décadas de 1960-1980, o tema da juventude começa a ser examinado por especialistas de forma acanhada (BRASLAVSKY; 1989). Ele se destaca e passa a compor a agenda pública internacional quando as Nações Unidas, em 1985, declaram o Ano Internacional da Juventude, o que provoca um incremento na produção sobre esse público. O tema se vê reforçado quando, em 1986, a Conferência Internacional do Trabalho inclui em sua pauta a juventude, e sugere que a melhoria nas condições de vida dos/as jovens se relaciona com melhorias no desenvolvimento social e econômico. Mediante esse cenário, e aliado ao processo de democratização, o tema da juventude também adquire maior relevância na agenda pública no Brasil, exigindo respostas específicas para essa categoria social.

Até a década de 1980, as políticas públicas para juventude no continente latino-americano são marcadas por forte tendência assistencial, canalizadas e justificadas para os chamados "problemas juvenis", como é o caso dos menores infratores. O processo de democratização pelo qual passou a América Latina trouxe o debate sobre a constituição efetiva de um novo campo de direitos humanos e sociais. Nesse bojo foi possível

reconhecer a extensão da cidadania para crianças e adolescentes, como portadores de necessidades peculiares, de direitos e de deveres próprios, não apenas como extensão de seus familiares.

Como resultante desse cenário os estudos sobre juventude na América Latina ganharam outra roupagem e temas como inclusão/exclusão, emprego/desemprego ganham força perante o avanço de programas neoliberais, que na década de 1990 apontam para crise da ação do Estado. A preocupação se volta para atuação de jovens urbanos e para promoção de políticas públicas que promovam a inclusão social e a capacitação ou qualificação laboral dos/as jovens. Contudo, ainda subjaz o viés marginalizante dos/as jovens delinquentes ou em vias de se tornarem infratores, uma caricatura que deixa de fora a maior parte da juventude seu comportamento, percepção, valores e ações. A perspectiva da juventude enquanto capital humano promovida, sobretudo, por Organismos Internacionais, como Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), também está presente. Esses organismos contribuem para os estudos sobre juventude através da formação de valiosos bancos de dados e estudos comparados entre os países da América Latina. As ações para juventude passam a ser vista como "investimento" para o desenvolvimento, e são exemplos de ações desse tipo o Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens, "Chile Jovem", promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1990, que inspirou iniciativas similares em outros países da América Latina como Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia e Uruguai.

Reforçando a concepção de crise do Estado, é possível identificar o estímulo a uma ideologia de iniciativa do indivíduo. Promovida através da valorização dos/as jovens enquanto sujeitos capazes de participarem ativamente da sociedade como empreendedores, voluntários, representantes políticos-sociais e/ou diversas outras formas; tornando-se agentes responsáveis por sua integração social mediante o quadro de globalização que se desenhava. O tônico da participação social da juventude passa a ser veiculado. Entretanto, o conceito de participação política democrática, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa implica em cidadãos informados e engajados na comunidade. Cabe lembrar que a juventude foi historicamente alijada desse processo pedagógico de vivência democrática ou de sua herança em consequência das experiências ditatoriais vividas por toda América Latina. Fazendo parte do rol de estudos sobre juventude aqueles voltados para participação política. De acordo com Mônica M. M de Castro (1997), os estudos sobre participação política podem ser classificados em três grupos,

os de orientação sociológica, os de orientação psicológica, e os de orientação institucionalista. No tocante aos estudos de participação política e cidadania juvenil Alvarado, Ospina e Muñoz (2008) classificam quatrotendências:

(...) a explicação e descrição da participação como condutas (Almond e Verba, 1963; Milbrath, 1981; Sabucedo, 1988; Seaone y Rodriguez, 1988); a participação juvenil desde os movimentos e identidades sociais (Sabucedo, 2003; Delgado, 2006; Aguilera 2006); a participação juvenil desde a lente da política pública, compreendida como direito e como processo de formação (Hart, 1997; Hopenhayn, 2004; Rodríguez, 2004; Abad, 2006; UNICEF, 2003; CEPAL/OIJ, 2003, 2004; Funlibre, 2005); e finalmente, a participação juvenil lida desde as rupturas sócio-históricas e as mediações estéticas e culturais (Reguillo, 1998, 2003; Urresti, 2000, Balardini, 2005; Muñoz, 2005) . (ALVARADO; OSPINA E MUÑOZ. 2008; p. 22) do como forma de combater a exclusão social dessa população.

Dessa forma, os anos 2000 chegam com um novo olhar sobre a juventude. A própria juventude se coloca para sociedade e para o Estado de forma mais definida enquanto identidade. Promove o debate sobre a diferença entre adolescência e juventude, reconhecendo uma especificidade dessa última. Isso valoriza os componentes sócio-político da juventude como categoria social, que se afirma contra o “adultocentrismo”, que diz respeito à relação assimétrica de poder entre jovens e adultos (KRAUSKOPF, 2000), e ativa uma agenda pública que faz com que os Estados promovam ações para compor as políticas de juventude.

De forma concomitante, o tema juventude torna-se reconhecido ganhando espaço na academia permitindo a formação de linhas e grupos de pesquisas. Sem pretensão de inventariar as ações e grupos chama atenção algumas trajetórias. Na Argentina os grupos de estudos sobre juventude tem produzido conhecimento contundente sobre o tema. Isso se reflete em uma maior institucionalização do campo de pesquisa e do nível de interlocução com os governos. Atesta o que foi dito o programa de pós-graduação em “Problemáticas Sociales Infanto-Juveniles” da Universidade de Buenos Aires. Assim como, a revista virtual intitulada La Revista Argentina de Estudios de Juventud, que está vinculada ao Observatorio de Jóvenes, Comunicación y Medios da Facultad de Periodismo y Comunicación Social, da Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Soma-se a estas iniciativas a Red de Posgrados en Infancia y Juventud (INJU) vinculado ao Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), e

a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Argentina), que também possui um programa juventude de Estudios y Políticas de Juventud en América Latina.

A Colômbia também tem se destacado na consolidação do campo de investigação sobre juventude, principalmente, com as contribuições do doutorado em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud vinculado ao Centro de Estudios Avanzados em Niñez e Juventud da Universidad de Manizales y Cinde. Já o México através do Instituto Mexicano de la Juventud, apresenta, talvez os mais antigos registros sistemáticos sobre o tema ao preservar estudos do movimento estudantil desde 1968, sem deixar de atualizar o perfil da juventude mexicana, suas questões e transformações.

Enquanto o Uruguai e o Chile se caracterizam pela participação em estudos e ações junto aos Organismos Internacionais. No Uruguai é possível constatar esse fato através das iniciativas do Centro Latinoamericano sobre Juventud (CELAJU), que trabalha em associação com as Nações Unidas e outros Organismos Internacionais. A instituição não governamental, que existe desde 1986, volta-se para fornecer assistência técnica a governos e a organismos não governamentais que trabalhem com juventude. Na pesquisa sobre a integração da juventude sulamericana realizada em parceria com o Centro de Estudios Socialis (CIDPA), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS). No Chile, os Informes “Juventud población y desarrollo en América Latina y el Caribe” (2000) y “La Juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias” (2004), além de diversas outras publicações realizadas pela CEPAL garantem o incremento constante da produção sobre a temática.

No Brasil, a produção sobre juventude é recente, mas tem avançado em passos rápidos, uma vez que, já produziu um acúmulo promovido pelo próprio governo federal para criação de uma política nacional de juventude, mas também de grupos de pesquisa que se concentravam, sobretudo, na área de Psicologia sobre crianças e adolescentes e se tornam mais interdisciplinares interagindo com áreas como a Educação, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, e voltando-se especificamente para juventude. Parte significativa desses grupos de estudos fundaram Observatórios da Juventude, como é caso do Programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2002; além do Observatório da Juventude, Ciência e Tecnologia, que desde 2003 está ligado ao Grupo de Estudos Juventude(s) em Debate, da

Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre diversos outros.

Destaca-se no contexto anteriormente descrito o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência (NIPIAC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi fundado em 1998, e tem contribuído de forma sistemática para o conhecimento sobre juventude no Brasil. Este núcleo além de incorporar a dinâmica do Observatório, inovou durante a coordenação da professora Dra. Lucia Rabello de Castro quando adota a dinâmica de redes, o que resulta na criação do JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira. Este evento científico que está em 2015 na sua VI edição, se destaca por reunir pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, estudantes, jovens, gestores públicos e agentes comunitários para a discussão sobre juventude.

A região do Caribe é a grande incógnita no processo de institucionalização de agendas e centros de referências para pesquisa sobre juventude. Nela, se destaca a obra “La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos, organizado por Manuel Rojas Solaños, onde os investigadores abordam o processo de integração sociocultural e político juvenil, além do posicionamento da juventude de Costa Rica frente a política e ao processo eleitoral. De modo geral as grandes enquetes e análise para região estão a cargo dos Organismos Internacionais.

Considerações Finais

Apesar de já termos tecido algumas considerações conclusivas ao longo do texto iremos retomar alguns pontos chave do debate. Primeiramente cabe destacar que as juventudes latinoamericanas foram protagonistas no processo de redemocratização dos países da América Latina, apresentando resistência às formas autoritárias de poder. Por isso, consolidaram-se como um grupamento social importante na construção de agendas em seus países.

Entretanto, embora muitos trabalhos tenham se debruçado sobre a juventude enquanto objeto da pesquisa acadêmica, não há, no círculo internacional da produção científica, um diálogo entre os trabalhos de um país e de outro, tornando a produção do conhecimento endógena e localizada – embora tenha havido alguns esforços em elucidar o estado da arte sobre juventude em escala regional

(e os trabalhos de Pérez Islã, 2006 são uma boa referência). O que a literatura vem demonstrando é que ainda estamos longe de apresentarmos uma sólida rede de produção que transcenda as fronteiras nacionais. Com base nessa constatação é que reunimos esforços neste artigo para mapear a produção intelectual sobre participação política juvenil na América Latina, atualizando os trabalhos já realizados, mas informando o leitor sobre as formas institucionais pelas quais os países têm organizado a sua produção.

Dentro do campo foi possível perceber que a Argentina é o país com maior solidez nos estudos sobre juventude e práticas políticas, constituindo, inclusive, programas de pós-graduação em problemas juvenis, como é o caso da Universidade de Buenos Aires. Outros países que vêm se consolidando dentro do campo são Colômbia e México – este último apresentando os mais antigos registros sistemáticos sobre o tema, ao preservar estudos do movimento estudantil desde 1968, atualizando sistematicamente o perfil da sua juventude.

Uruguai, Chile e Peru apresentam em comum a participação em estudos e ações juntos a Organismos Internacionais, entre elas, UNICEF, ONU e CELAJU. Já os estudos no Brasil ainda caminham de forma embrionária, todavia, um levantamento sobre o estado da arte da temática no país tenha sido realizado pela professora da Universidade de São Paulo, Márcia Sposito (2009) demonstrando robustos trabalhos no campo das Ciências Sociais, Educação e Serviço Social no país. É nítido, ainda, o crescimento da constituição de observatórios de juventude formando redes de relações entre pesquisadores.

Os países da região do caribe são incógnita no processo de institucionalização de agendas e centros de referências para pesquisa sobre juventude. Nela, se destaca a obra “La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos, organizado por Manuel Rojas Solaños, onde os investigadores abordam o processo de integração sociocultural e político juvenil, além do posicionamento da juventude de Costa Rica frente a política e ao processo eleitoral.

Por fim, o que queremos destacar com a concreção deste paper é que existem muitos trabalhos no campo da sociologia da juventude na América Latina, mas na maioria das vezes eles não estão inseridos no campo internacional.

Referências Bibliográficas

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003.
- ALVARADO, S. V.; OSPINA, H. F.; BOTERO, P.; MUNÓZ, G. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. In: Revista Argentina de Sociología. Año 6, Nro.11// Noviembre- Diciembre de 2008. p.19-43.
- BALARDINI, S. Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia argentina. Última Década, n. 10 Viña del Mar, E. CIDPA, 1999.
- De los jóvenes, La Juventud y Las Políticas de Juventud. In: ÚLTIMA DÉCADA. N.º 13. CIDPA - Viña Del Mar, septiembre. 2000. p.11-24
- BANGO, J. "Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios"; In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003
- BAQUERO, M. Democracia, juventude e capital social no Brasil. BAQUERO, M. (Org.) - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BONDER, G. La Construcción de las mujeres jóvenes en la investigación social. In: VI Anuario de Investigaciones. Buenos Aires: Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires. 1999
- BONVILLANI, A.; PALERMO, A. I.; VÁZQUEZ, M.; VOMMNARO, P.; Juventud y Política en la Argentina (1968-2008). Hacia la construcción de un estado del arte. In: REVISTA ARGENTINA DE SOCIOLOGIA. AÑO 6 - Nº 11, Noviembre-Diciembre de 2008, p.44-73.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação; Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASLAVSKY, C. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. In: RODRÍGUEZ, E.; OTTONE, E. (comp.). Mitos, certezas y esperanzas: Tendencias de las investigaciones sobre juventud en América Latina. Montevideo: CELAJU-UNESCO, 1989; p.17-48
- CARDOSO, R. Juventude: conceitos e visões. Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude - SP. MESA 1. 28/07/04. p. 15-21. Disponível na internet em 02/2009.
- CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, L. R. de (ORG.). Crianças e jovens na construção da cultura. 1 ed. - Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.
- CASTRO, L. & CORREA, J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, L. & CORREA, J (ORG.) Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2005.
- CASTRO, M. G. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta, HENRIQUES, Ricardo (Org.) Juventude, Cultura e Cidadania. Comunicações do ISER, ano 21, edição especial, 2002, p.63-90.
- _____. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventude. In: In: NOVAES E VANNUCHI (ORG.) Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____ & ABRAMOYAY, M. Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes. (Relatório da UNESCO - 2002) e In: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, Vol.19, n.º 2, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19a46.pdf. Acesso as 18h de ago/2009.
- CASTRO, M. M. M. de. O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações. In: TEORIA E SOCIEDADE. Belo Horizonte, n.1, p. 126-168, 1997.
- CUNHA, Patrícia R. C. Da, O Programa Primeiro emprego e a Cidadania do Jovem no Brasil. In: ESPINOSA, B. Y PRONKO, M. (ORG.) Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina - FLACSO ECUADOR; MINISTERIO DE CULTURA. 2008. p. 111-124.
- ERICKSON, Erik. Sociedade y adolescencia. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1968.
- GAUTHIER, Madeleine. A participação dos jovens na vida cívica. In: Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais. Nau Editora, Rio de Janeiro, 2005, p.57-76.
- GROppo, L. A. Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HOLANDA, A. B., 2002, Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ.
- KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas na participação social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Comp.). La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.119-134.
- LEI 12.852/2013. Instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
- LEÓN, O. D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, M.ª. V. & PAPA, F. C. (ORG.). Políticas Públicas: juventude em pauta. - São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: Margulis, M. (org.). Buenos Aires, Biblos, 1996.
- MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações"; In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982. pp.67-95.
- MUÑOZ GONZÁLEZ, Germán. Panorama de la Investigación en Juventud en Ibero-América, siglo XXI. In: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, 2008. Disponível dia 13/07/2015 as 20h em: <http://www.redalyc.org/pdf/773/77360201.pdf>
- NOVAES, Regina. Jovens sem religião: sinais de outros tempos. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). Religiões em Movimento. Petrópolis: Vozes, 2013, capítulo 9, p.175-190
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. USP, 2007
- PEREZ ISLÁS, J. A. P. Trazos Para Un Mapa De La Investigación Sobre Juventud En América Latina. In: SOCIOLOGIA Papers, 79, 2006 p. 145-170
- POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE (2006). Acessada em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>
- QUAPPER, K. D. Juventud o Juventudes? Acerca De Como Mirar Y Remir La Juventud De Nuestro Continente. In: ÚLTIMA DÉCADA, Nº13, CIDPA Valparaíso, Septiembre, 2000, p. 59-77.
- SAVAGE, JON. A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o Século XX. Rio de Janeiro. Rocco, 2009.
- SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Edunisc, Santa Cruz do Sul, 2001.
- SOLAÑOS, Manuel Rojas (ORG.) La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos. San José, CR: FLACSO, 2003. SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. In: Perspectiva, Florianópolis, v.20, n.Especial, jul./dez.2002, p.163-181.
- SPOSITO, M. P. (COORD.) Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), - Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009. Volumes 1 e 2.
- _____. Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez. 2003. N.º 24 (p.16-39)